

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA - CCSST  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

KEILA REGINA GADELHA LIMA DA SILVA

**OS INDÍGENAS AOS OLHOS DO JORNAL NACIONAL: ANÁLISE DA  
PRESENÇA INDÍGENA NA COBERTURA JORNALÍSTICA DO JORNAL  
NACIONAL EM 2021**

IMPERATRIZ

2022

KEILA REGINA GADELHA LIMA DA SILVA

**OS INDÍGENAS AOS OLHOS DO JORNAL NACIONAL: ANÁLISE DA  
PRESENÇA INDÍGENA NA COBERTURA JORNALÍSTICA DO JORNAL  
NACIONAL EM 2021**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão – UFMA para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo.

Orientador: Prof. Lucas Santiago Arraes Reino.

IMPERATRIZ

2022

KEILA REGINA GADELHA LIMA DA SILVA

**OS INDÍGENAS AOS OLHOS DO JORNAL NACIONAL: ANÁLISE DA  
PRESENÇA INDÍGENA NA COBERTURA JORNALÍSTICA DO JORNAL  
NACIONAL EM 2021**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão – UFMA para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo.

Orientador: Prof. Lucas Santiago Arraes Reino.

Aprovada em : 01/02/2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Lucas Santiago Arraes Reino (Orientador)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Emilene Leite de Sousa (Examinador)

---

Prof<sup>a</sup>. Marcelli Alves da Silva (Examinador)

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)  
autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Gadelha Lima da Silva, Keila Regina.

OS INDÍGENAS AOS OLHOS DO JORNAL NACIONAL: ANÁLISE DA  
PRESENÇA INDÍGENA NA COBERTURA JORNALÍSTICA DO JORNAL  
NACIONAL EM 2021 / Keila Regina Gadelha Lima da Silva.  
- 2022.

51 p.

Orientador(a): Lucas Santiago Arraes Reino.

Monografia (Graduação) - Curso de Comunicação Social -  
Jornalismo, Universidade Federal do Maranhão,  
Imperatriz, 2022.

1. Estereótipos. 2. Jornal Nacional. 3. Povos  
indígenas. 4. Telejornalismo. I. Arraes Reino, Lucas  
Santiago. II. Título.

“As pessoas precisam entender que apoiar a causa indígena hoje, é apoiar a própria existência.

Sônia Guajajara.

Dedico este trabalho à minha filha, Harielly  
Kyámora, razão da minha vida!

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela minha vida, e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

Aos meus pais que desde o começo de toda essa trajetória não mediram esforços para que isso se concretizasse, e ao meu marido por sempre ter acreditado que eu seria capaz. Agradeço também aqueles que foram essenciais durante esse percurso, titia Darly Bone, Tia Vânia e não poderia esquecer também daquela que me cedeu um espaço e não somente do seu quarto, mas também da sua bondade e companheirismo, Ana Thâmara, minha "irmã" de outra mãe.

Aos professores, pelos ensinamentos e correções que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação.

Obrigada de coração a todos que estiveram e estão ao meu lado todos esses dias.

## RESUMO

A sociedade brasileira de forma consciente e inconsciente cria ideias inexistentes sobre os povos indígenas. E é justamente no presente momento que o Brasil mostra que não tem conhecimento sobre a cultura indígena e suas características mais marcantes. Nesse sentido, procurar compreender as sociedades indígenas não é apenas procurar conhecer o outro, o diferente, pelo contrário, trata-se de conduzir as indagações e reflexões sobre a própria sociedade onde se vive. É fato que a produção de conhecimentos em torno dessa área não condiz com a enorme importância do tema. E os resultados dessa desinformação partem da imagem do indígena apresentada na escola, nos jornais, na televisão e na internet. A mídia tem uma imensa força, além de ser a principal fonte de informação da sociedade, também contribui significativamente como fator decisório na formação da opinião pública. Nesse sentido, o presente estudo visa analisar a imagem e as consequências diante da mensagem transmitida pelo telejornalismo em relação aos indígenas e a sua cultura. Esta pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e analisa as formas como são conduzidas as notícias sobre os indígenas e sua cultura no Jornal Nacional em 2021. Assim pode-se afirmar que as denúncias em relação aos problemas com a saúde indígena e com os conflitos de terra ganham lugar de destaque e recebem uma importância maior do que a cultura desse povo, a mídia em certos momentos manipula reportagens e intensifica as discussões acerca do tema.

**Palavras-chave:** Telejornalismo. Povos indígenas. Estereótipos. Jornal Nacional.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Encontro dos portugueses com os indígenas, em 1500. Tela de Óscar Pereira da Silva .....	14
<b>Figura 2</b> – Primeira missa celebrada por Frei Henrique Soares de Coimbra, em 26 de abril de 1500. Tela de Victor Meirelles .....	15
<b>Figura 3</b> – Festa do Moqueado.....	18

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Matérias do Jornal Nacional que mencionavam os povos indígenas.....	33
---------------------------------------------------------------------------------------	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 UMA EXPLORAÇÃO HISTÓRICA SOBRE A CULTURA INDÍGENA .....</b>	<b>12</b>
2.1 Revisitando a colonização europeia no Brasil colônia.....	12
2.2 Conceituando cultura indígena.....	17
<b>3 O PAPEL DO JORNALISMO NA COMUNICAÇÃO.....</b>	<b>20</b>
3.1 Democracia .....	21
3.2 Liberdade de Expressão x Liberdade de Imprensa .....	23
3.3 Jornal Nacional e a veiculação de informações sobre a cultura indígena .....	28
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>31</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>33</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O jornalismo é factual e propicia a atualização permanente sobre fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos. Diariamente as mídias impressas e eletrônicas nos apresentam acontecimentos e contradições presentes no mundo. A análise da narrativa jornalística reflete as narrativas disseminadas na sociedade, tendo em vista que a mídia e o meio social estão alinhados num processo dinâmico em que uma gera modificações na outra (BORGES, 2016).

Autores como Motta, Borges e Correia nos ajudam a compreender que a narrativa é a contextualização dos acontecimentos descritos, em que os jornalistas buscam o discurso narrativo para causar efeito de sentidos. Tais efeitos podem se manifestar em estratégias comunicativas, no uso de opções linguísticas ou extralinguísticas, conforme intencionalidades conscientes ou inconscientes. Assim, as narrativas jornalísticas não são somente representações da realidade; são também dispositivos discursivos utilizados socialmente num contexto de intencionalidades. “Quem narra tem algum propósito ao narrar; nenhuma narrativa é ingênua” (MOTTA, 2013, p. 3). Ademais, nessa prática, utiliza-se uma abordagem crítica que visa tomar o texto como ponto de partida para buscar conexões com o contexto em que a notícia foi produzida e as intencionalidades do jornalista.

Nesse sentido, visa-se olhar para o Jornal Nacional e verificar como são noticiadas as matérias relacionadas aos povos indígenas e as narrativas externadas ao público.

O principal telejornal brasileiro, denominado como Jornal Nacional, traz as principais notícias do Brasil e do mundo diariamente. É exibido no período noturno, de segunda a sábado, e geralmente estão em pauta temas relacionados a atualidades, matérias de denúncia e investigação, séries especiais, os fatos mais importantes do dia e os acontecimentos que terão repercussão no dia seguinte.

Segundo o levantamento da pesquisa Coronavírus, Comunicação e Informação, realizada por docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), após o surgimento da Covid-19 e consequência da pandemia levou 7 a cada 10 pessoas a consumirem notícias por meio da televisão. 65% do total de participantes da pesquisa, usaram outros meios de informação, e uma delas é a versão online de

jornais e blogs. A pesquisa foi realizada por meio de formulário on-line, entre os dias 12 e 19 de abril de 2020.

O ano de 2021 foi marcado por diversos acontecimentos no Brasil e no mundo tanto no âmbito político como no social. Discussões sobre a atuação do governo diante da pandemia da Covid-19, ausência de políticas públicas para minorias, aumento da gasolina, manifestações pelas causas indígenas e crise climática foram assuntos recorrentes na mídia brasileira, tanto nas redes sociais como no telejornalismo.

Diante disso, pretende-se com este estudo analisar as veiculações sobre o indígena no Jornal Nacional, fazendo um apanhado de diversos de autores sobre essa questão, ao mesmo tempo torna-se importante verificar qual tem sido o tratamento do jornalismo político referente os indígenas e sua cultura. A escolha por esta temática e para essa análise justifica-se a partir dos desdobramentos do Acampamento Terra Livre (ATL) frente a flexibilização das leis para regulamentação de exploração de terras indígenas em meio a pandemia da Covid-19 e as manifestações indígenas realizadas no Distrito Federal noticiadas pelo Jornal Nacional em 2021.

A partir dessas discussões a pergunta que guia esta pesquisa é: Como o indígena é noticiado no Jornal Nacional? Qual a imagem e as consequências diante da mensagem transmitida pelo jornalismo em relação a cultura indígena? São questionamentos que nos permite observar as narrativas construídas pelo telejornalismo sobre os povos indígenas no atual cenário brasileiro.

O objetivo geral do presente estudo consiste em analisar a imagem e as consequências diante da mensagem transmitida pelo jornalismo político em relação aos indígenas e a sua cultura. Com base nisso, listamos os seguintes objetivos específicos:

- Contribuir com uma exploração histórica sobre a cultura indígena;
- Compreender o papel do telejornalismo na sociedade, a partir do Jornal Nacional;
- Analisar como o Jornal Nacional privilegia, expõe e veicula os indígenas e sua cultura nas matérias em 2021.

Para bem compreender a composição teórica e metodológica deste estudo, o presente trabalho foi dividido entre o aporte teórico e o processo metodológico, no intuito de melhor descrever os caminhos da pesquisa. Esse processo serviu para a minuciar as análises e resultados esperados.

## **2 UMA EXPLORAÇÃO HISTÓRICA SOBRE A CULTURA INDÍGENA**

No presente capítulo é abordado alguns pontos sobre a história da cultura indígena, começando pelo processo de colonização europeia no Brasil colônia, bem como alguns aspectos e conceitos sobre a cultura do povo indígena.

### **2.1 Revisitando a colonização europeia no Brasil colônia**

A cultura é parte do que somos, nela está o que regula nossa convivência e nossa comunicação em sociedade. Cultura significa cultivar, e vem do latim *colere*. Genericamente, a cultura é todo aquele complexo que inclui o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo homem não somente em família, como também por fazer parte de uma sociedade como membro dela que é.

O Brasil é um país reconhecido internacionalmente por seu multiculturalismo, além da sua rica biodiversidade. Os povos indígenas, um dos focos desse estudo, são em demasia importantes para contribuição ao incremento da diversidade cultural brasileira, esses povos fazem parte do Brasil como um todo. Para termos uma noção, segundo o IBGE (2010) a população indígena no Brasil é de aproximadamente 817 mil pessoas, que são “organizadas em 210 etnias falantes de 170 línguas indígenas distintas” (BRASIL, 2012).

O reconhecimento oficial da contribuição da diversidade sociocultural dos povos indígenas para a formação da nação brasileira é uma conquista recente de todos e para todos. É importante lembrar que até a Constituição de 1988 o Estado não reconhecia esses povos, estavam sob a condição de “relativamente (in) capazes”, ou seja, os índios não faziam parte da riqueza do Brasil, porém, foi estabelecendo como meta a integração progressiva e harmônica dos índios que se conseguiu estabelecer a comunhão nacional (BRASIL, 2010).

Nesse sentido vemos como o dispositivo colonial referente a tutela foi instituído e sua finalidade era “outorgar proteção aos índios até que os mesmos adquirissem a

condição necessária para serem emancipados, na medida em que se tornassem trabalhadores nacionais despojados de suas culturas de origem” (BRASIL, 2012, p. 13).

Diante disso, Conceição (2016) afirma:

A comunidade indígena brasileira, principalmente aqueles que tiveram mais contato com os colonizadores, passaram por uma reeducação cultural e linguístico, de início do processo os jesuítas buscaram entender o tupi, a língua nativa, pra depois introduzir o português. O apagamento da linguagem é o cerne da fase do aculturamento de um povo, essa estratégia contra o dialeto originário do povo indígena foi imposta pelas escolas salesianas contemporânea. Outro artifício utilizado é a elitização do dialeto estrangeiro, onde não dominar o idioma diferente é sinal de inferioridade intelectual. As modificações culturais são expressivas na maneira de se organizar socialmente, concepções de família, estruturas políticas, tecnológicas, morais e éticas, além das maneiras de subsistência. Contudo, os atos de resistência sobre esse processo se dão nas ações de apego as tradições e rituais que caracterizam a cultura indígena (CONCEIÇÃO 2016, 15).

Portanto, com a Constituição Federal de 1988 a diversidade cultural ganhou novos paradigmas e principalmente o reconhecimento de todos, onde passou a ser reconhecida como constitutiva do Estado Brasileiro. Assim, juntamente com o reconhecimento de seus direitos, os povos indígenas agora passam a organizarem-se socialmente, através de costumes, línguas, crenças e tradições, principalmente no que diz respeito às terras que tradicionalmente ocupam (BRASIL, 2012).

É importante destacar que o indígena não é valorizado, e os meios de comunicação acabam exercendo uma grande influência e fortalecem bastante os preconceitos contra os povos nativos, promovendo a publicação de notícias distorcidas em que a voz do indígena é encoberta para se contrapor à voz do não-indio (BATISTA; SILVA, 2015).

No processo de colonização do Brasil pela coroa de Portugal foi necessário criar alianças com a ordem religiosa Companhia de Jesus, onde desempenharia um papel de extremo valor na organização social e política naquele período. Porém, faz mister conhecer um pouco mais do início de todo este processo (CONCEIÇÃO, 2016).

O primeiro contato entre portugueses e indígenas deixa claro o estranhamento típico de culturas que ao mesmo tempo em que se confrontam acabaram interagindo entre si, porém o choque de culturas foi enorme. O documento oficial que informou a coroa Portuguesa dos detalhes dos povos “descobertos” ocorreu por meio de uma Carta, com a data de primeiro de maio de mil e quinhentos.

Este documento, que teve como expoente autor Pero Vaz de Caminha, deixa visível o estranhamento dos colonizadores logo que tiveram os primeiros contatos com os povos indígenas e revela uma leitura superficial e apressada da forma como viviam os povos colonizados: ficou clara que não estava sendo compreendido a forma cultural dos nativos (MELÉNDEZ; SANDER, 2014).

Algumas informações oriundas desta carta são reveladoras e contam com riqueza de detalhes a cultura daqueles povos. Todas as informações na carta foram substanciais e basilares para os colonizadores.

Este período da história do Brasil, e de Portugal, foi registado por meio de inúmeros gêneros textuais, podendo destacar não apenas a produção escrita de textos, mas principalmente a forma de expressão por meio das pinturas. Com base nisso, mostra-se nesse trabalho duas obras que se reportam ao ano de 1500, ano da descoberta das terras Brasileiras por Portugal.

A figura 1, por exemplo, retrata o “encontro” dos portugueses com os indígenas, é um registro feito por Óscar Pereira da Silva em 1922. Sabe-se que retrata a tela não é necessariamente a realidade perversa, ou seja, tanto a carta quanto as pinturas que retratam esta época condizem com um momento amistoso. Todavia, muito provavelmente pelo choque de cultura entre portugueses e os povos “descobertos” o momento deve ter sido bastante tenso (MELÉNDEZ; SANDER, 2014).

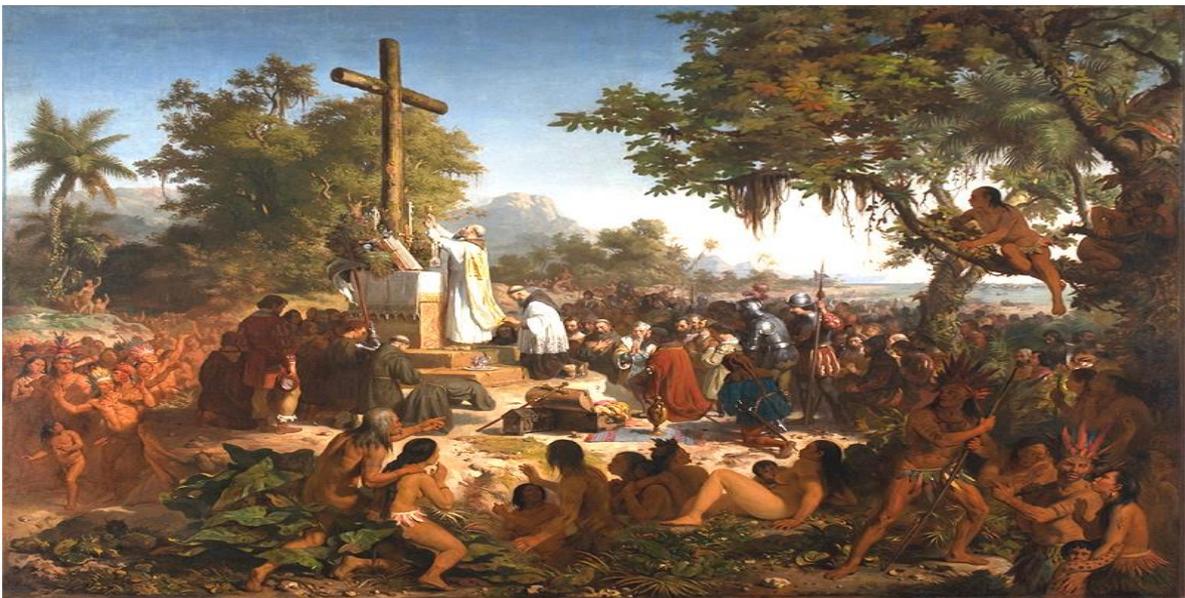
**Figura 1** – Encontro dos portugueses com os indígenas, em 1500. Tela de Óscar Pereira da Silva.



Fonte: Conceição (2016).

A figura 2, foi pintada pelo catarinense Victor Meirelles, nele pode ser visualizada a primeira missa celebrada, em 26 de abril de 1500, pelo Frei Henrique Soares de Coimbra, num domingo de Páscoa, logo após o desembarque dos portugueses no Brasil.

**Figura 2** – Primeira missa celebrada por Frei Henrique Soares de Coimbra, em 26 de abril de 1500. Tela de Victor Meirelles.



Fonte: Conceição (2016).

A imagem deixa claro o que está no conteúdo da carta escrita por Caminha ao Rei de Portugal. A preocupação central foi enaltecer a convivência “pacífica” entre brancos e índios (MELÉNDEZ; SANDER, 2014).

A tarefa precípua dos jesuítas seria a de converter os indígenas à fé cristã. Esta atitude estava aliada à conjuntura que na altura a igreja católica vivenciava com reforma protestante. Esta não foi uma tarefa fácil como demonstrada a princípio, pois incluía a anulação de hábitos e costumes que a igreja categorizava como demoníacos, tais como: a poligamia, a nudez, a antropofagia, entre outros (CONCEIÇÃO, 2016, p. 19).

Os indígenas dificilmente se deixariam habituar diante de novas posturas estabelecidas e por isso os Jesuítas tiveram que fazer algumas concessões, como discorre Vainfas (1995),

No contexto da catequese, não resta dúvida de que os nativos assimilaram mensagens e símbolos religiosos cristãos, sobretudo por meio das imagens, mas é também certo que os jesuítas foram forçados a moldar sua doutrina e sacramentos conforme as tradições tupis (VAINFAS, 1995, p. 110).

Mesmo que a resistência indígena tenha sido perversa no princípio, não se pode negar os avanços que a companhia de Jesus conseguiu alcançar naqueles primeiros momentos com os índios do ponto de vista da catequese (MELÉNDEZ; SANDER, 2014).

No que se refere ao Brasil, enquanto colônia, as missões religiosas, com as suas pregações e conversão do indígena à religião católica, foi apenas um dos elementos, ou apenas um pretexto de entre os recursos utilizados para alcançar os objetivos que a Coroa Portuguesa almejava. A catequese teve a sua função, serviu como instrumento de imposição simbólica da cultura europeia, com objetivos claros de adestramentos e domesticação dos indígenas (CONCEIÇÃO, 2016, p. 8).

Como nos refere Munduruku (2012, p. 76) “a catequese e a educação ministrada aos povos indígenas significaram, na verdade o emprego de outro tipo de violência contra esses povos, configurada pela imposição de valores sociais, morais e religiosos”. Todavia, esse não era o objetivo principal dessa investida. Ainda segundo este mesmo autor, existiam, efetivamente, outros interesses que eram sim os principais, relacionados diretamente ao foro econômico.

O processo colonizador no Brasil obedeceu a interesses econômicos muito claros por parte da coroa portuguesa. Esses interesses passavam pelo desejo da descoberta de ouro, metal altamente valorizado no comércio europeu, e que já havia sido encontrado pelos espanhóis em outros cantos da América. (...) a ausência de ouro a vista pelos colonizadores, frustrou a expectativa do reino português e o fez optar pela única matéria prima que parecia ser interessante naquele momento: pau brasil (MUNDURUKU, 2012).

Para, não somente estabelecer, mas consolidar o projeto de colonização, os portugueses lançaram mão do domínio da escrita como alternativa principal para iniciação da civilização, em virtude de os indígenas não fazerem questão dessa técnica. Confiaram então aos jesuítas a responsabilidade de educar e evangelizar esses povos, foi onde começou o processo de alfabetização e a formação de unidade territorial, conseguida principalmente por meio do combate à língua nativa (SIMAS; PEREIRA, 2012).

Os indígenas tinham (e têm) a sua forma particular de sobreviver e viver, de enxergar e interpretar o mundo assim como suas relações consigo e com os outros, e foram capazes de serem resilientes. Disto comenta Munduruku (2000), quando diz respeito a resistência que o povo Tupinambá impôs e ao facto de ter conseguido fazer da sua língua, a língua mais falada no Brasil até ao século XVIII.

Quando os europeus desembarcaram aqui encontraram os povos que falavam a língua tupi, como povo tupinambá – povo forte e guerreiro que fez frente a muitas formas de escravidão. Por isso que essa língua acabou ganhando. (...) contornos grandiosos na cultura brasileira, uma vez que foi a mais conhecida, estudada e falada pelos primeiros colonizadores, chegando, mesmo, a ser a língua mais falada no Brasil até século XVIII quando o Marquês de Pombal decretou sua proibição (MUNDURUKU, 2000, p. 47).

Portanto, é mister destacar que a cultura indígena permaneceu e manteve viva sua história e costumes visíveis até os dias presentes. Parafraseando Gersem Baniwua (Luciano, 2013), ao contrário do que muitos acreditavam, os indígenas são estratégicos e sabem impor os seus interesses e são plenamente capazes de se manter e manter a sua cultura. Cultura, que, nas palavras Laraia (2005) diz respeito a uma “lente através da qual o homem vê o mundo”. Homens de cultura diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas.

## **2.2 Conceituando cultura indígena**

Trazendo para seu amplo sentido etnográfico, o termo cultura é bastante complexo de se interpretar, porém, o mesmo envolve, crenças, arte, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem atuando ativamente como membro de uma sociedade (LARAIA, 2005).

Para Laraia (2005), é preciso transpor com a ideia de que apenas uma cultura pode ser considerada a verdadeira e a correta, afastando as vezes que existem outras tantas culturas de igual veracidade. Pensar em uma cultura à frente das demais, denominando-a superior é bastante desrespeitoso e egoísta. Por isso, na concepção do autor isto é um erro. Todas as culturas, sem exceção, têm seu lado de verdade e precisam ser respeitadas. Nenhuma pode ser vista como superior a outra. Cada uma tem sua particularidade, mas nunca superiores.

A cultura sempre está em processo de mudança, ou seja, com o passar dos tempos ela vai sendo alterada em decorrência da evolução da sociedade. Em muitos casos pode até ser alterada com muita rapidez e violência, dependendo dos processos a que for submetida. Desta forma, o ser humano não é somente o produto da cultura, mas ele acaba sendo o produtor de cultura.

Nesse sentido Munduruku (2010) enfatiza:

A cultura indígena tem rituais que vão do mais simples ao mais complexo. Para um indígena, o valor de um encontro com uma pessoa tem um significado diferente do que tem para quem não é indígena. Por exemplo, quando um indígena se vai encontrar com uma pessoa, há todo um ritual de preparação prévia, pois encontrar alguém, simbolicamente, é preparar-se para um momento de saudação. Diz o autor, que quando um indígena vai ao encontro de uma pessoa precisa, ele está alegre. Faz comparações com encontro entre os nativos e os primeiros colonizadores que chegaram ao Brasil, em 1500, e conclui que com a chegada do europeu ao Brasil não houve encontro, mas antes um desencontro, um choque de culturas e história (MUNDURUKU, 2010, p. 32).

O indígena tem o seu ritual próprio quando diz respeito a questão da quotidianidade. No sentido lato, ritual apresenta-se com um significado interessante que aponta para uma sequência de ações, de jeitos de fazer, palavras e gestos expressos por um grupo específico e que demonstra toda a relevância de um ritual que pode ou não ter conotação religiosa (MCLAREN, 1992).

Peirano, (2002) considera o ritual como um sistema cultural de comunicação simbólica, onde são constituídos de sequências e ordenadas e padronizadas de palavras e atos em geral expressos por múltiplos meios.

**Figura 3 – Festa do Moqueado.**



Fonte: Conceição (2016)

A nossa herança acabou nos levando a reagir de forma depreciativamente em relação àqueles que estão fora do padrão. Não se pode negar que esta linha de raciocínio, uniforme, tem raiz na concessão positivista que dominou o mundo durante muitos anos e ainda se perpetua nas épocas atuais (LARAIA, 2005).

A cultura do povo indígena é importante e riquíssima, independentemente de sua etnia, e por isso é no mínimo importante falar da cultura indígena no pretérito, como muitos autores de trabalhos acadêmicos e escritores de forma negativa costumam mencionar, pois essa cultura encontra-se mais fortalecida do que nunca (COHN, 2005).

Por exemplo, na tradição dos Tenetehara, uma das etnias indígenas do Maranhão, alguns dias antes da realização da cerimônia de determinado ritual, os homens saem para caçar logo cedo e retornam somente ao entardecer, isso durante uma semana, enquanto as mulheres se ocupam de produzir as indumentárias, os paramentos que os participantes do rito utilizarão no ápice da festa, preparando-se para o último dia (MATOS; MONTE, 2006).

As responsáveis pela preparação dos alimentos são as mulheres da aldeia. Isso já é um hábito comum, pois as mesmas são consideradas como mães dos participantes da festividade. São elas, que assam a caça dia após dia. Levando em consideração essa prática, outra denominação consiste na festa da moça: festa do moqueado. O banquete é composto por nhambu, mutum, macaco, cutia, veado, anta, porco do mato e outros animais. Sendo que o mutum, refeição especial, depois de moqueado é socado e misturado à farinha para ser degustado pelos participantes (MATOS; MONTE, 2006).

Portanto, no que diz respeito à alimentação, as meninas obedecem a uma dieta. Não ingerem peixes e caças. Esta dieta somente pode ser interrompida no último dia da festa, entretanto, percebemos hoje transformações neste ritual, segundo relatos antropológicos de Galvão e Wagley (1961), que tiveram o privilégio de presenciar esses momentos durante uma pesquisa etnográfica.

### **3 O PAPEL DO JORNALISMO NA COMUNICAÇÃO**

A cobertura jornalística é a forma como a mídia aborda as questões sociais e culturais, a percepção dessa cultura é o ato de apreensão cognitiva individual ou coletiva que os cidadãos fazem desse fenômeno. A televisão como meio de fluxo tende a consolidar cenários por meio da apresentação exaustiva de imagens e sons, ao mesmo tempo em que contribui para a criação de rótulos e abreviaturas cognitivas (SILVA; FRANÇA, 2017).

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa tem garantido a importância da convivência social no testemunho de eventos, especialmente no âmbito cultural. O processo de informação está envolvido em várias e complexas implicações sociopolíticas, profissionais e econômicas (DEUZE; WITSCHGE, 2015). Toda essa teia que se estabelece entre o jornalismo e o poder reúne interesses, além das preocupações de mercado, visto que a notícia é um produto (BRAGA, 2011).

Quando os interesses estão em cena, a relação entre jornalismo e a notícia entra em uma zona de interesses e representações partidárias (BIROLI; MIGUEL, 2010). A aproximação entre jornalista e a comunicação surge porque ambos os lados atuam como plataforma de anunciar os fatos, de mostrar que cada um cumpriu seu papel, onde a verdade atua como personagem do noticiário, e o cenário social como agente de reportagem (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011).

No entanto, em uma relação jornalismo e representação social, evidenciam o ápice que os une, muitas vezes se transformam em um vórtice quando há uma lacuna entre o fato e a mensagem (WEBER, 2017). Ao compartilhar crenças e valores comuns com atores sociais, um jornalista pode privilegiar certas declarações de alguns em detrimento de outros. É um efeito prático de ideologia imperceptível para o menor e para os esquemas cognitivos de um jornalista quando ele tenta “cumprir seu papel” (BOURDIEU, 2011).

A mídia e suas contribuições são divisíveis entre duas esferas de conhecimento estando diretamente ligado com o que é entendido por mídia e o papel que essa mídia desempenha nos fenômenos sociais nos diferentes modos de comunicação. O campo da comunicação, dentro do aspecto cultural, se concentra na sua representação do seu efeito e influência na população, utilizando de instrumento como rádio, jornal impresso e outros meios para exercer, por meio da comunicação, a criação da imagem (SCHIFF, 2011).

Enquanto instrumento de popularização a mídia, por muitas vezes, carrega a opinião pública, não sendo de todos, mas da maioria, quando o círculo social influencia esse meio, a manipulação midiática é marcada pela disputa de narrativas. A partir dos discursos motivados por competição, o conteúdo jornalístico direcionado se torna uma propaganda do mais influente, deixando de lado o fornecimento puro dos fatos (STRÖMBÄCK; VAN AELST, 2013).

É notório que os elos entre a mídia e a sociedade, quando se trata em ações orientadas aos relacionamentos com o público de interesse, enfatiza seus objetivos de articular em diferentes meios os esforços para atender algumas demandas da sociedade (MARQUES; SAMPAIO, 2011). Ainda nesse cenário, o processo de comunicação tem o dever de retratar as ações das instituições, “essa tarefa vai além do atendimento da mídia, é preciso reconhecer as potencialidades e os perigos dos diferentes meios de comunicação alinhados com os interesses políticos” (MARQUES; MIOLA; SIEBRA, 2014).

Ainda neste capítulo, vejamos como é conciliado o papel desenvolvido pelo jornalismo, suas características, a democracia, a questão da liberdade de expressão versus liberdade de imprensa, o Jornal Nacional e as narrativas jornalísticas sobre a cultura indígena.

### **3.1 Democracia**

Desde os tempos remotos na Roma Antiga, já havia relatos sobre a existência e também tentativa de se formar uma democracia, onde quem governava eram os Imperadores, e devido as arruaças societárias, passaram a criar um governo com a participação da sociedade, e desde então vem se ampliando o conceito democrático (CAVALCANTE, 2018).

Assim, Hamurábi, rei da antiga Mesopotâmia, que reinou de 1.792 a 1.750 a.C., elaborou o código de mesmo nome, que consistia de 282 cláusulas, objetivando - implementar a justiça, destruir o mal e prevenir a opressão aos fracos, proporcionar o bem-estar do povo e iluminar o mundo.

Observa-se que a democracia é o sistema mais utilizado na atualidade, pois é o mais favorável para a sociedade, já que o povo tem o poder de escolha de seus governantes, e se, houver motivos poderá até mesmo substituí-los através de seus representantes eleitos, ou mesmo do Poder Judiciário (MENDES, 2018).

Por sua vez nota-se que o princípio da democracia se subdivide em três espécies, pois embora o governo seja do povo, cada um tem uma proposta diferente de governo. Silva (2016) divide essas espécies em: Democracia direta em que o povo exerce o poder de forma direta, ou seja, por si só, onde todo o povo exerce o poder. “Democracia direta é aquela em que o povo exerce, por si, os poderes de governamentais, fazendo leis, administrando e julgando; constitui reminiscência histórica” (SILVA, 2016, p. 136). Democracia indireta é a aquela que apesar do poder pertencer ao povo, não é ele que realiza o governo, ou seja, eles escolhem os representantes numa eleição, os quais após serem eleitos, vão desempenhar funções públicas. Conforme a definição de Silva (2016) a seguir:

Democracia indireta, chamada democracia representativa, é aquela na qual o povo, fonte primária do poder, não podendo dirigir os negócios do Estado diretamente, em face da extensão territorial, da densidade demográfica e da complexidade dos problemas sociais, outorga as funções de governo aos seus representantes, que elege periodicamente (SILVA, 2016, p. 136).

Notadamente é a democracia indireta o sistema que foi adotado no Brasil, já que se tem a rotação de poder. Já na democracia semidireta tem-se a regra da democracia indireta, todavia neste caso, ocorre a intervenção do povo em aspectos da administração.

A partir da análise do sistema instituído pela Constituição Federal de 1988 torna-se oportuno contemplar a conjuntura democrática e política do Brasil. Dessa maneira, inicia-se conceituando a democracia, mesmo não sendo tarefa fácil, pois apresenta muitos significados ofertados e construídos ao longo da história das. Como bem expôs Azambuja (2008),

Nenhum termo do vocabulário político é mais controverso que nas obras de todos os autores. A palavra democracia teve sua origem na Grécia, mais precisamente em Atenas. Seu significado literal é “poder do povo”, expressão compreendida como “poder exercido pelo povo” (AZAMBUJA, 2008, p.242).

Os valores liberdade e igualdade participam diretamente da essência da democracia. A liberdade por exemplo, contempla o amadurecimento e desenvolvimento de um povo, mas que passa a ser responsável direto pelos seus atos.

Mesmo assim, é possível dizer que apesar de a sociedade se apresentar como democrática, a grande maioria das pessoas não sabe, de fato, o que significa o termo democracia. Se fosse perguntado ao cidadão, era possível que o mesmo respondesse de que se trata de uma ideia imbuída no governo de que as pessoas elegem seus representantes pela maioria do voto, bem como do direito a participar nas variadas formas de participação popular como o plebiscito e o referendo. Assim, tem-se claro que para alguns a democracia representa forma de governo enquanto que para outros trata-se de uma forma de convívio social nos tempos atuais. Por ser o termo anônimo muitas vezes a palavra é empregada sem qualificativo, como democracia social, política, econômica e outras formas nominais (GOMES, 2017).

Entretanto, a definição mais apropriada ao presente trabalho é que se denomina democracia política, pois a análise sobre quem detém o controle da máquina política e como se exerce tal controle é objeto de estudo de diversos cientistas políticos em muitos países.

Dias (2014), ainda esclarece que a democracia se caracteriza por ser um conjunto de regras que serve para estabelecer os critérios autorizadores na tomada de decisões e quais os procedimentos adequados para a condução de um país que se pauta num ideário de direitos e deveres conforme os direitos humanos.

Uma difundida definição ao termo democracia foi oferecida por Abraham Lincoln ao afirmar que democracia nada mais é que “o governo do povo, pelo povo, para o povo”. A retrocitada definição, apesar de específica e clara retrata o fundamento do que seja democracia.

### **3.2 Liberdade de Expressão x Liberdade de Imprensa**

O Jornalismo de uma forma geral deve se atentar à factualidade, mesmo que em algumas situações utilize recursos ficcionais. As narrativas de fatos reais são capazes de externar pontos de vista, e os colocar em relação a outros, a partir de perspectivas e visões de mundo. Motta (2013) enfatiza que a maioria das coisas do mundo são analisadas num desenrolar lógico e cronológico. Nesse contexto, o jornalismo exerce a função de narrar os fatos reais e históricos, descrevendo-os a partir de sequenciação.

Isso significa dizer que narrar os fatos em tempo cronológico é um exercício de narratividade, pois apresenta uma sucessão de fatos sobre um mesmo assunto.

Assim, podemos entender que o discurso narrativo “produz significações e dá sentido às coisas e aos nossos atos, ao estabelecer sequências de continuidade (ou descontinuidade)” (MOTTA, 2013, p. 2).

As narrativas integram ações no passado, presente e futuro, de forma sequenciada, procurando ganhar a adesão do receptor, mesmo que para isso explore os acontecimentos fáticos – para causar o efeito de real, e acontecimentos fictícios para causar efeitos subjetivos e emocionais. Tais efeitos são observados nos produtos veiculados pela mídia, seja no campo ficcional ou no real, a partir da visão de mundo dos jornalistas, produtores, roteiristas e publicitários (CORREIA, 2007).

Ademais, observa-se uma constante confusão quando o assunto é compreender os conceitos de liberdade de expressão e liberdade de imprensa, pois alguns acreditam que tem o mesmo significado. Segundo Nara Lia Cabral Scabin (2015, p. 39), “passa a haver uma confusão entre liberdade de expressão e liberdade de imprensa, que se mantém até hoje, de modo que a segunda concepção se torna objeto mais frequente de defesas e reivindicações no espaço público”. Porém, primeiramente, é preciso compreender o que seria a liberdade.

Segundo o dicionário Silveira Bueno (2000), liberdade é “condição de uma pessoa poder dispor de si; faculdade de fazer ou deixar de fazer uma coisa; livre-arbítrio; faculdade de praticar aquilo que não é proibido por lei; o uso dos direitos do homem livre”.

Duas definições do dicionário estão relacionadas as leis e aos direitos. Assim sendo, é oportuno discorrer sobre o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, sendo ele considerado o mais relevante conhecido. Este artigo afirma que “todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. De fato, o princípio da liberdade passou a existir desde o surgimento da esfera pública. Tendo o art. 5º 78 incisos, muitos deles fazem referência ao direito de liberdade. É bastante pertinente, então, enumerar alguns dos incisos relacionados ao conceito de liberdade.

No inciso II, discorre que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”. Ou seja, o cidadão é livre para fazer o que desejar, contudo deve obedecer às leis que regem o país. Segundo Silva, “As liberdades (...) são entendidas como o direito dos cidadãos a possuir uma esfera

jurídica de não intromissão dos Poderes Públicos” (SILVA, 2005, 44). No inciso IV, “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. É importante ressaltar que essa manifestação do pensamento, quando proferida por um cidadão, diz respeito exatamente à liberdade de expressão.

O inciso V diz que “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”. Logo, o cidadão o tendo sofrido alguma injúria, ele tem o direito de responder à altura do agravo, e, ainda, ser indenizado por dano material, moral ou à imagem.

O inciso IX discorre da seguinte forma: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. No artigo XLI temos que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”. Liberdades, essas, representantes da 1ª Geração de Direitos Fundamentais. No mais, o artigo LIV diz que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

Por fim, é oportuno mencionar o que diz o artigo 220 “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”. Então, qualquer um tem o direito de dizer o que quiser sem que outro determine o que deve ou não ser falado.

Por certo, o direito à liberdade faz parte de um universo bastante amplo, portanto, não é visto como um direito absoluto e irrestrito. Assim, o mesmo pode receber determinadas exceções no que diz respeito a CF 88 e que, com toda certeza, são importantes e necessárias. É o caso, por exemplo, de punição para quem usar a manifestação do pensamento, ou seja, a liberdade de expressão para mentir ou caluniar. A partir disso faz-se importante abrir uma discussão sobre os conceitos de liberdade de expressão e liberdade de imprensa, a fim de distingui-los.

A liberdade de expressão surgiu exatamente a partir do estabelecimento dos direitos civis, das transformações do Estado, hoje sendo um Estado de Direito, uma democracia. Scabin (2015) ressalta a discussão acerca do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e sua relação com a ideia de liberdade de expressão que por vezes se refere “ao livre fluxo das ideias partidárias e das intervenções hegemônicas que transitam pela imprensa escrita” (SCABIN, 2015, p. 25).

Ademais, Scabin (2015) reitera:

(...) os cidadãos “emancipados” passam a defender sua própria autonomia e a considerar-se suficientemente esclarecidos para decidirem sobre si mesmos e sobre questões relevantes a seus interesses. Estão aí as bases do ideal de liberdade – e liberdade de expressão e de imprensa – que marca a construção (discursiva, sem dúvida) do sujeito moderno (SCABIN, 2015, p. 19).

O termo “liberdade de expressão” contempla o direito de pronunciar, informar e manifestar qualquer ideia ou informação que se tenha recebido, não importa qual seja a fonte, no momento em que considerar certo e sobre qualquer assunto. Ou seja, a liberdade de expressão é essencialmente a liberdade de falar.

Já o termo “liberdade de imprensa”, como lembra Lima (2010), surgiu em meados da década de 80. Na Inglaterra, por exemplo, nenhum texto podia ser publicado sem que antes passasse pelo crivo de um oficial designado pelo governo, chamado de *Imprimeur*, que iria inspecionar os textos a serem publicados. Entretanto, na Revolução, em 1688, este cargo foi extinto, podendo os textos serem publicados sem a permissão do governo. Ou seja, a impressão havia passado a ser livre. E foi a partir desse acontecimento que o termo “liberdade de imprensa” nasceu.

Basicamente, liberdade de imprensa diz respeito a ser livre o ato de imprimir. Pode-se observar que esse termo não faz alusão alguma ao conteúdo que está pronunciado nos textos, mas somente à impressão. “O termo se refere ao fato de imprimir livre de controle prévio e não tem nada com o assunto impresso, se bom ou ruim” (LIMA, 2010, p. 43).

Sendo assim, a liberdade de expressão quer dizer que qualquer um tem a liberdade de dizer o que quiser sem que um outrem dite o que deve ser exposto. Já a liberdade de imprensa diz respeito somente à liberdade de imprimir, sem levar em conta os dizeres do texto, em si. Segundo Serrano (2013, p. 71), podemos entender que “confundir a liberdade de imprensa com liberdade de expressão é como igualar o direito à saúde ao direito de se criar um hospital e colocá-lo em funcionamento”.

De certo modo, as duas liberdades andam juntas. Quando se faz jus à liberdade de imprensa, está, conjuntamente, usufruindo da liberdade de expressão. Liberdades essas que são aproveitadas desde pessoas comuns, mídias independentes até os grandes jornalistas e os conglomerados grupos de mídia. No entanto, não é possível dizer qual “liberdade” é a mais importante para a imprensa. O fato é que a instituição da imprensa só existe quando ela tem garantida a liberdade de expressão e a

liberdade de imprensa. Importante ressaltar, que para uma imprensa alcançar seu objetivo principal, de informar a população, ela deve valer-se, necessariamente e exclusivamente, da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa.

Todavia, muitas vezes a liberdade de imprensa e, também, a liberdade de expressão são usadas como escudos de proteção pela mídia contra acusações de oligopólio de mídia, de usar discursos tendenciosos para influenciar o cidadão.

Os jornais, os canais de televisão e as rádios, com seus colunistas, seus editoriais, suas reportagens por encomenda e suas informações manipuladas, lançar-se-ão como hienas contra qualquer um que ousar atentar contra os privilégios do mercado, pois foram criados para defendê-lo. E o mais grave: chamarão isso de liberdade de imprensa (SERRANO, 2013, p. 75)

Serrano ainda afirma que:

A verdadeira independência, a verdadeira liberdade de imprensa, ou vem dos meios de comunicação públicos e comunitários, com o apoio do Estado, ou nunca virá. (...). Nós, cidadãos, devemos dar poder a esse Estado, e ele, por sua vez, deve nos dar controle. Essa é a verdadeira liberdade de imprensa numa democracia (SERRANO, 2013, p. 82).

Ao mesmo tempo em que a liberdade de expressão e liberdade de imprensa são direitos certos, deve-se se ater à discussão de que até onde essas liberdades são indiscutíveis, uma vez que no próprio Código de Ética dos Jornalistas, em seu artigo 13º, alínea “a” está descrito que o jornalista deve evitar a divulgação de fatos com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas. Ou seja, a mídia não está proibida de divulgar conteúdo relacionado à interesses próprios, ela deve apenas evitar. Dessa forma, diante do discurso da liberdade de expressão não há limites quanto à divulgação de conteúdos tendenciosos e manipulados, visto que as grandes mídias brasileiras são comandadas por riquíssimos empresários.

O mercado das comunicações seria de certa forma mais justo se houvesse uma lei que regulamentasse a comunicação social, como é o caso da lei de imprensa audiovisual, mais conhecida como “Lei de Meios” aprovada em 2009 na Argentina. O que acontece no Brasil é que, na verdade, existe um Projeto de Lei, proposto por iniciativa popular, que regulamenta o funcionamento dos meios de comunicação, chamado “Lei da Mídia Democrática”. Contudo, esse PL está sendo discutido há anos e não houve sequer um avanço. Vários parlamentares são acionistas e

concessionários de rádio e televisão, portanto não há interesse por parte deles que essa lei seja regulamentada. Então, os donos desses grandes veículos de comunicação se mantêm resistentes a qualquer mudança que possa interferir na emissão de informações (SERRANO, 2013).

O governo anunciou, no final de 2010, a intuito de instituir uma agência para regulamentar o setor de comunicação, contudo houve uma onda de insatisfação por conta dos representantes do setor de telecomunicações. Eles alegavam que a proposta fosse uma tentativa de restringir a liberdade de expressão por parte do governo (PEREIRA, 2015).

Faz-se, assim, uma ressalva de que a liberdade de expressão não implica o direito de violar os direitos de outros cidadãos.

Para a FENAJ é fundamental desparticularizar e desprivatizar os conceitos de liberdade de expressão e liberdade de imprensa. A liberdade de expressão tem que ser assegurada como um direito universal de todos os seres humanos manifestarem seu pensamento. E a liberdade de imprensa é condição necessária para a livre circulação de informações com responsabilidade, ética, pluralismo, respeito às diferenças e sem discriminações. (...) Iguamente faz-se necessário reconhecer que as liberdades de expressão e de imprensa não são direitos absolutos. Seu limite é o respeito aos direitos dos cidadãos e usuários. É inadmissível recorrer a tais liberdades para proteger quem oculta ou distorce fatos, macula a honra das pessoas ou atropela direitos e obrigações (FENAJ, 2011, p. 10).

Diante deste contexto, é possível compreender que os atores econômicos e privados podem utilizar como escudo o discurso de liberdade de expressão e liberdade de imprensa para enfatizar agendas e enquadramentos dentro do debate público.

### **3.3 Jornal Nacional como veículo de grande massa**

Na concepção de Marinho, fundador da Rede Globo, a notícia só tinha alguma credibilidade se fosse ao ar no Jornal Nacional. “Isso ele dizia com todas as letras, não era folclore”, afirma Carlos Henrique Schroder, diretor geral de jornalismo da emissora. “Jornalismo que ele conhecia de forma profunda e completa. Talvez não a dinâmica da televisão, do telejornalismo, mas a da informação. Para ele, a relevância da informação era muito clara. E a relação que ele tinha com o Jornal Nacional era muito forte”, acrescenta Schroder (PEREIRA, 2015).

O Jornal Nacional (JN), primeiro telejornal do Brasil transmitido em rede, entrou no ar às 19h45 do dia 1º de setembro de 1969. Inspirados no modelo norte americano, Armando Nogueira, então diretor da Central Globo de Jornalismo, e Alice Maria, editora nacional, conseguiram fazer um noticiário que se afastasse da linguagem radiofônica, predominante na época (MEMÓRIA GLOBO, p.12, 2004). Segundo consta no livro Memória Globo, não houve reunião para discutir a escolha do nome do novo telejornal. “Jornal Nacional surgiu naturalmente, uma decorrência do fato de que seria um programa jornalístico para alcançar todo o país” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 29).

A partir de novembro de 2002, o JN começou a exibir sátiras aos fatos políticos, no formato das videocharges de Chico Caruso. Elas foram exibidas diariamente até fevereiro de 2006. De março de 2003 a maio de 2006, o telejornal passou a contar com a participação do comentarista político Franklin Martins. Uma vez por semana, o jornalista comentava os fatos importantes na política nacional e analisava as principais medidas do governo e suas repercussões (PEREIRA, 2015, p. 39).

A partir de julho de 2009, a TV Globo implantou a Direção Geral de Jornalismo e Esporte (DGJE). Com a mudança, Ali Kamel assumiu a gestão da Central Globo de Jornalismo, e Carlos Henrique Schroder a DGJE. Em setembro de 2012, de acordo com novas mudanças na direção geral da Globo, e a sucessão de Octávio Florisbal por Carlos Henrique Schroder, Ali Kamel assumiu a Direção Geral de Jornalismo e Esporte. Silvia Faria, então, substituiu Ali Kamel na direção da Central Globo de Jornalismo.

Os meios de comunicação são essenciais quando se trata da disseminação de informação e conhecimento para uma sociedade. Todos os dias diversos gêneros jornalísticos, como as notícias, são produzidos para que as pessoas conheçam e estejam cientes dos fatos, realidades “hábitat”, ou seja, reflitam sobre os contextos sociais que os envolvem e, também, possam criar opiniões (BATISTA; SILVA, 2015).

É justamente por os textos jornalísticos exercerem essa grande função que é de suma importância ficar sempre em estado de alerta quanto aos discursos presentes nas notícias, reportagens ou notas, pois eles reforçam formações discursivas que contribuem para construção negativa, por exemplo, quando se trata dos povos nativos. Deve-se ter uma visão crítica sobre o conteúdo divulgado pela mídia, passando a se questionar sobre as realidades criadas, em grande parte, para satisfazer determinado grupo e fortalecer ideologias de uma minoria.

O que se deve ser feito é uma nova regulação do setor de comunicações no Brasil. Entretanto, a proposta é piamente criticada sob o argumento de que uma regulamentação significaria um controle social da mídia, o que poderia resultar em censura. O que se tem são os meios de comunicação se escondendo por detrás da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, como uma justificativa para eles reportarem o que quiserem, sem ferir qualquer direito.

A regulação da área não tem nada a ver com censura.” Para os empresários, o que “está em jogo a própria ideia de liberdade. E, por extensão, do conceito de liberdade de expressão. Na história brasileira, o liberalismo nunca foi democrático. Ele pensa a questão da liberdade apenas do ponto de vista da ausência de interferência do Estado. A liberdade é equacionada com a liberdade individual desde que o indivíduo não seja impedido de fazer o que quiser e a instituição adversária dessa liberdade é sempre o Estado. Quando você traduz isso para área de política pública, e em particular para a área dos meios de comunicação, qualquer interferência do Estado é identificada como ausência de liberdade (LIMA, 2012, p.1).

Como Moraes, Ramonet e Serrano (2013) afirmam, é a partir disso que se percebe qual o caminho de grande parte da mídia brasileira, em que sua maioria são propriedade de empresas privadas, o que são também conhecidos como conglomerados grupos de mídia. Da mesma forma que vemos isso, é possível entender a incompatibilidade com os valores da democracia, tendo em vista interesses particulares e o uso dos meios de comunicações para isso.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No intuito de alcançar os objetivos estabelecidos nesse trabalho, foi utilizado meios de operacionalização do método científico, que para Silva (2004, p. 14) “significa um conjunto de processos e operações que se deve empregar na investigação, é linha de raciocínio adotado no processo de pesquisa”.

Para desenvolvimento desse estudo, inicialmente realizado como suporte metodológico uma pesquisa exploratória. Esse método tem como foco proporcionar maior familiaridade com a temática abordada e com o problema e buscando visualizar as possíveis soluções para o mesmo.

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-la mais explícita ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão (GIL, 2011, p. 41).

Com base em publicações nacionais, em livros, artigos de autoria de profissionais da área de Comunicação Social e Jornalismo, pode-se também ser empregue a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituídos principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas (GIL, 2011, p.44).

Desta forma, tem-se o embasamento teórico através do levantamento bibliográfico como alicerce para a compreensão do tema investigado, contribuindo para o arcabouço teórico por meio de novos questionamentos. Algumas perguntas foram utilizadas para direcionar o desenvolvimento dessa pesquisa e filtrar algumas informações como: do que se trata as matérias veiculadas sobre os indígenas? Como são representados os indígenas nas matérias? Quem são as fontes principais nessas

matérias? A fonte especialista é indígena? A matéria é a favor ou contra? Quais as principais temáticas das matérias quando o assunto são povos indígenas?

Para o processo de análise desse estudo foi realizado recortes de matérias veiculadas em 2021 sobre os povos indígenas no Jornal Nacional. A coleta de dados foi feita a partir da plataforma de vídeos Globoplay, que hospeda todas as transmissões do Jornal Nacional divididas por data. O recorte temporal escolhido foi de 08 de junho a 12 de setembro, período em que aconteciam o Acampamento Terra Livre junto as manifestações em Brasília-DF a respeito do Marco Temporal Indígena, que defende que os povos indígenas só podem reivindicar terras nas quais eles estavam até a data que a Constituição Federal de 1988 foi proclamada, dia 5 de outubro do mesmo ano.

Dessa forma, foram assistidos todos os programas do Jornal Nacional durante esse período de tempo escolhido e foram coletadas somente as matérias que incluíam menção aos povos indígenas, incluindo notas. Em seguida a discussão dos dados foi feita por meio de uma análise qualitativa, pois o foco pretendido é contextualizar a narrativa das reportagens, discutindo os detalhes e os elementos das matérias para alcançar o objetivo pretendido no desenho da pesquisa.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período de 08 de junho a 12 de setembro de 2021 foram exibidas 83 matérias nos 07 dias em que saíram matérias correspondentes aos povos indígenas no Jornal Nacional, dessas, apenas 08 são matérias que mencionavam os povos indígenas, sendo: 02 tele reportagens, 05 notas cobertas, 01 nota pelada. Conforme identificadas na Tabela 1. Durante esse período a cobertura do Jornal Nacional privilegiou outros assuntos como as Olimpíadas e a pandemia da Covid-19. Além disso, diversas matérias sobre incêndios florestais e desmatamento estavam presentes na programação do telejornal, entretanto, a grande maioria não se propunha a adicionar as causas indígenas e o impacto para esses povos nas pautas.

**Tabela 1 – Matérias do Jornal Nacional que mencionavam os povos indígenas.**

<b>Data</b>	<b>Título da matéria</b>	<b>Link</b>
18/06/2021	Documentário sobre o desmatamento ganha o prêmio One World Media Awards	<a href="https://globoplay.globo.com/v/9617599/">https://globoplay.globo.com/v/9617599/</a>
29/06/2021	PF faz operação para retirar garimpeiros de terra indígena Yanomami	<a href="https://globoplay.globo.com/v/9646275/">https://globoplay.globo.com/v/9646275/</a>
10/08/2021	Polícia prende acusado de ataques a aldeia Yanomâmi em Roraima	<a href="https://globoplay.globo.com/v/9758240/">https://globoplay.globo.com/v/9758240/</a>
24/08/2021	Indígenas protestam em Brasília contra medidas que dificultam demarcação de terras	<a href="https://globoplay.globo.com/v/9797738/">https://globoplay.globo.com/v/9797738/</a>
27/08/2021	Marco temporal: indígenas fazem nova manifestação em Brasília	<a href="https://globoplay.globo.com/v/9808453/">https://globoplay.globo.com/v/9808453/</a>
27/08/2021	Indígenas do Brasil e do Peru estão denunciando o desmatamento ilegal perto da fronteira	<a href="https://globoplay.globo.com/v/9808300/">https://globoplay.globo.com/v/9808300/</a>
02/09/2021	Augusto Aras defende que demarcação de terras indígenas seja caso a caso	<a href="https://globoplay.globo.com/v/9825305/">https://globoplay.globo.com/v/9825305/</a>

04/09/2021	Pesquisas mostram que cresce a extração de madeira em áreas proibidas	<a href="https://globoplay.globo.com/v/9831492/">https://globoplay.globo.com/v/9831492/</a>
------------	-----------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: A Autora (2022).

A primeira matéria identificada no período de análise foi um documentário intitulado “Amazônia sociedade anônima”, produto ganhador do prêmio internacional *One World Media Awards*. Foi produzido sob a direção de Estêvão Ciavatta, e descreve como a comunidade indígena e ribeirinha trabalharam em conjunto para combater a ação de contrabandistas de madeira e caçadores ilegais. A partir dos registros de degradação na floresta amazônica o documentário explana as principais denúncias de grilagem, garimpagem e captura de animais silvestres, frente as falhas tentativas do governo em combater as atividades que impactam negativamente o bioma amazônico e a forma como os povos indígenas ali presentes sofrem intensamente para sozinhos de alguma forma manterem a floresta em pé. A matéria permaneceu um espaço de tempo no telejornal de 1 minuto e 12 segundos.

Nesse sentido o jornalismo atua na responsabilidade social dos veículos de comunicação de que as narrativas jornalísticas podem contribuir para o acesso aos direitos humanos. Rodrigues (2019) enfatiza que a comunicação está intrinsecamente relacionada com a ampliação da democracia, visto que o acesso universal à informação pode contribuir para a garantia de outros direitos humanos.

Além de ampliar direitos, os veículos de comunicação podem demandar políticas públicas. Assim, Rodrigues (2019) enfatiza que a comunicação é entendida como um direito humano – cada indivíduo tem o direito de ter acesso a informações, a recebê-las com qualidade e de forma diversa/ plural; tem direito a produzir informações e a participar dos processos de decisões políticas que envolvem o campo da comunicação (ou outros).

A segunda matéria é uma nota coberta que fala sobre a operação “Omama” da polícia federal que foi realizada com intuito de retirar garimpeiros de terra indígena Yanomami. O nome Omama faz menção a uma divindade do povo Yanomami que foi responsável pelo gêneses. O foco da operação é o combate da atividade de mineração ilegal na reserva indígena, essa ação foi em parceria com Exército Brasileiro, Força Aérea Brasileira (FAB), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Força Nacional.

A narrativa da reportagem sobre a operação Omama é descritiva sobre o desmonte das bases de operação das atividades de garimpagem ilegal em área de preservação. De caráter descritivo foi explanado pelo capitão da operação as principais estratégias, elucidando a eficácia no monitoramento de atividades ilegais nas proximidades e dentro da área da reserva indígena. Apesar de levar o nome de uma divindade do povo Yanomami, e até mesmo mostrar que suas terras estão sendo invadidas e que esses povos sofrem diariamente com essas invasões e ataques, o jornal não os contou como fonte, e ainda fazendo o uso da imagem dos povos indígenas de forma distorcida e errônea. A nota coberta teve duração de 25 segundos no telejornal, e foram apresentadas imagens de indígenas do povo Yanomami segurando flechas e outros elementos usados pelos mesmos como ferramenta de caça, dando ao telespectador o entendimento de que os indígenas não são vítimas, e sim, agressores.

Na terceira, uma nota coberta, intitulada “Polícia prende acusado de ataques a aldeia Yanomâmi em Roraima” descreve a tensão entre o conflito de garimpeiros e a população indígena, com ênfase na prisão de Janderson Cavalcante Alves que estava foragido por tráfico de drogas, além de estar envolvido com o ataque a aldeia juntamente com um grupo de garimpeiros. Essa reportagem traz o recorrente retrato de violência contra o povo indígena, no qual destaca as tentativas de exploração dos recursos naturais que são abundantes nas regiões protegidas, essa é mais uma matéria que noticia uma das maiores problemáticas vividas pelos povos nativos. O telejornal, mesmo fazendo coberturas com temáticas que dão ênfase aos ataques sofridos pelos povos indígenas, optam por não aprofundar na pauta e não incluir os indígenas como fonte e até mesmo como um povo que pode contar a sua própria história frente a mídia.

Na quarta matéria, uma nota coberta, intitulada “Indígenas protestam em Brasília contra medidas que dificultam demarcação de terras”, retrata sobre o descontentamento dos indígenas em relação ao novo marco temporal para demarcação de terras indígenas. O grupo representante da comunidade estava presente na votação das novas normas de demarcação do território indígena na qual provocou indignação e protestos. No geral a matéria sumarizou que a nova proposta contribui para exploração desenfreada dos recursos naturais presentes e destruição de locais sagrados para a cultura indígena. Primeira matéria que saiu no telejornal a

respeito da ida dos povos indígenas a Brasília, o telejornal não os contemplou com uma matéria de chegada ao DF, podendo apresentar onde os povos estavam acampados, ou até mesmo a programação dos mesmos durante o acampamento. Mais uma vez o telejornal os coloca em um espaço de manifestação ou protesto, a matéria poderia ter sido aprofundada em relação a chegada desses povos e os motivos pelos quais saíram de seus territórios. O telejornal apresentando os indígenas desta forma, os põe mais uma vez diante da sociedade como seres que estão sempre a frente de discussões e “badernas”, que de alguma forma ganha espaço na grande mídia.

Na quinta matéria, nota coberta intitulada “Marco temporal: indígenas fazem nova manifestação em Brasília” relata a ida da comunidade indígena as ruas para protestar por mais direitos. Além da revolta contra o marco temporal que estava em votação no Supremo Tribunal Federal (STF), o povo originário protestava por justiça no caso do indígena que foi queimado por três jovens de classe média, e por mais amparo as mulheres indígenas. Durante a narrativa da jornalista, as imagens ao fundo são dos povos indígenas queimando um caixão, onde este caixão simbolizaria as milhares de pessoas que morreram pela covid-19 no Brasil. O telejornal da mesma forma em que intitula uma matéria que os povos estão em busca por seus direitos, destroem esse título, apresentando imagens que “derrubam” as palavras e até mesmo os povos originários diante da sociedade, mais uma vez o indígena é noticiado com olhos etnocêntricos.

Na sexta reportagem “Indígenas do Brasil e do Peru estão denunciando o desmatamento ilegal perto da fronteira” descreve sobre a ação da Associação Ashaninka do Rio Amônia, que está situada no Acre, para denunciar as ameaças aos povos indígenas dos dois países e o desmatamento ilegal na fronteira. Nessa notícia evidencia como as atividades ilegais dentro do território indígena ameaçam mais de 30 comunidades do Brasil e do Peru, principalmente por conta da construção da estrada que interliga os dois países. Nesta tele reportagem, os indígenas foram colocados como fontes primárias, mas ainda assim expunham uma fonte especialista que não é indígena, o telejornal ainda vem partindo de um âmbito que o indígena não tem capacidade intelectual de falar sobre temáticas de grandiosidade, sendo assim uma fonte especialista a ser consultada. A reportagem teve duração de 3 minutos e 11 segundos.

Na sétima, uma nota pelada onde aponta que “Augusto Aras defende que demarcação de terras indígenas seja caso a caso” fala sobre o posicionamento do procurador-geral da república onde Augusto Aras enfatiza que não deve ser generalizada as demarcações das áreas do povo tradicional, visto que cada comunidade tem sua especificação. É notório e se faz necessário que autoridades públicas venham a mídia expor suas opiniões em relação a assuntos desse cunho, porém as notícias sobre os indígenas ainda orbitam sobre disputa de território.

Na oitava reportagem “Pesquisas mostram que cresce a extração de madeira em áreas proibidas” mostra que nos últimos anos o aumento na exploração de madeira ilegal, evidenciando a ação de esquemas de exploração ilegal em sete estados na região amazônica. O aspecto cultural do povo tradicional brasileiro em notícias como essas só dissemina uma imagem de um povo que não sabem usufruir dos recursos dispostos na natureza, porém não são explanados o simbolismo religioso e espiritual do bem estar ambiental para essas comunidades, a ausência desse tipo de discussão só reafirma um posicionamento capitalista voraz. Ao final da reportagem o telejornal fez o uso de mais uma fonte indígena contrapondo a voz da primeira fonte indígena, onde o segundo expõe: “Vamos destruir, mas vamos destruir pouco, né?!”. Os povos indígenas colocados em contradições diante da sociedade pela grande mídia, deixando o telespectador confuso e perdido.

Mediante o levantamento bibliográfico em paralelo as reportagens analisadas percebem-se que a comunicação é também um campo de produção de consensos sobre determinados assuntos. Fundamentado no conceito de hegemonia do filósofo italiano marxista Antônio Gramsci, Moraes (2010) enfatiza que a comunicação é um campo que opera na formação de consensos e atua na propagação de ideologias, exercendo papel importante na difusão de valores e cultura.

Os *media* são instrumentos importantes para a globalização econômica e cultural, uma vez que se processam como o setor mais dinâmico da economia internacionalizada, tanto pela rápida veiculação, como pela canalização de investimentos dos conglomerados transnacionais. Atualmente, a telecomunicação, os *mass media* e a informática ampliaram ainda mais o alcance do campo das comunicações, fazendo com que os efeitos da comunicação sejam sentidos pelas pessoas independente de gênero, faixa etária, raça ou classe social. (RODRIGUES, 2019).

Estudos de mídia podem contribuir para a compreensão do poder político no mundo contemporâneo. No Brasil, a grande mídia é concentrada em grupos que representam o poder econômico e político. Tal concentração é notada na TV aberta ou rádio, onde a concessão de outorgas de funcionamento, privilegia grupos que historicamente se mantêm no poder econômico, e como consequência, obtêm a direção cultural das empresas de comunicação e exercem influência sobre a população mais pobre.

A concentração é notada em menor escala, em veículos impressos ou virtuais, como jornais, uma vez que nesses veículos há a linha editorial e as influências de escrita de cada jornalista. Independente disso, o campo das comunicações é um campo em disputa, onde a maior parte do conteúdo atende aos interesses culturais de classe e gênero dominantes (MORAES, 2010; PRAZERES 2012; SALES, 2009).

A mídia tem papel interessante na sociedade, haja vista, as informações recebidas, principalmente pela televisão, tendem a exercer grande influência nos hábitos e costumes da população e conseqüentemente força para manipulação, direcionando as pessoas para regras de conduta e de consumo, constituindo-se num importante veículo de transmissão de informação e de formação de opinião, pois sabe-se que o seu grande papel não é apenas noticiar um novo produto, mas fazê-lo uma nova necessidade (MENTZ; SCHMIDT, 2017).

Na maioria das vezes em que a mídia aborda notícias sobre os indígenas, estereótipos acabam ganhando força e contribuem para a construção de uma imagem negativa sobre os nativos, impedindo da própria sociedade em conhecer mais profundamente essa rica cultura.

A veiculação de imagens culturais na mídia é possível estabelecer novas configurações, isso possibilita a comunicação enquanto fonte geradora de informações fortalecendo estereótipos dessas representações culturais (SCHUTZ, 2012). Segundo Melo (2008) as notícias que tratam dos indígenas são raras, e geralmente estão sempre sendo associadas a algum tipo de violência contra o indígena ou mostrando o indígena como autor de violência.

Para Minardi (2012), os indígenas são apresentados à sociedade como pessoas completamente diferentes, preguiçosos e suprimidos pela economia vigente, muitas vezes, reforçando a visão dos antigos colonizadores em relação à força de trabalho indígena que fora posteriormente substituída pelos negros.

Os meios de comunicação exercem papel importante na disseminação de informação e conhecimento. Todos os dias diversos gêneros jornalísticos, como as notícias, são produzidos para que as pessoas conheçam e reconheçam fatos, realidades “hábitat”, ou seja, reflitam sobre os contextos sociais que os envolvem e, também, possam criar opiniões (VIEIRA, 2019).

As estruturas comunicacionais vêm produzindo arranjos para o processo de produção de conteúdo de massa, tornando-se mais centrada na repercussão da notícia. Sobre isso Picard (2015, p.36) ressalta que “as tecnologias contemporâneas de comunicação estão conexas às possibilidades sociais e também as oportunidades comerciais.” Desta forma, a estrutura jornalística direcionada para as mídias tornou a comunicação mais frequente de diferentes formas, isso determinou os aspectos fundamentais na veiculação das informações.

É justamente por os textos jornalísticos exercerem essa grande função que se deve ficar atento aos seus discursos presentes nas notícias, reportagens ou notas, pois eles reforçam formações discursivas que contribuem para construção negativa, por exemplo, dos povos nativos. Deve-se ter uma visão crítica sobre o conteúdo divulgado pela mídia, passando a se questionar sobre as realidades criadas, em grande parte, para satisfazer determinado grupo e fortalecer ideologias de uma minoria.

Diante do exposto, percebe-se os vários sentidos presentes em notícias jornalísticas sobre indígenas, para identificar a constituição da imagem do sujeito indígena pela mídia, uma vez que, com a criação da imprensa sensacionalista no fim do século XIX e começo do século XX, formou-se uma nova forma de fazer notícia. O sensacionalismo “adquiriu novo aspecto, dando ênfase a histórias sentimentais e de crimes [...] voltada para a coleta de informações a qualquer preço e, eventualmente, mentirosa” (LAGE, 2006, p. 15).

A mídia sensacionalista possui a característica de julgar previamente os atores do conflito relatado, bem como taxar nomes como: o matador ou o pistoleiro. O que ocorre, é que ao taxar os atores dos crimes, a sociedade passa a discutir o processo da mesma forma como o jornal o caracterizou. Se o jornal taxa de matador o suposto assassino, mesmo que um dia ele seja inocentado, aquele homem será eternamente visto como matador. Outro aspecto interessante e assustador desses jornais, é o fato de parecer que eles estão, em todo momento, tentando impor o medo nas pessoas. A insegurança, os assassinatos, os roubos etc, são matérias que se repetem diariamente e trazem pavor à população, que a cada dia, se sente mais

fragilizada e com mais medo dos seus vizinhos do que de bichos selvagens (CORREIA, 2007, p. 47).

Logo, fica cada vez mais claro que a imprensa veicula discursos contraditórios a respeito dos indígenas, e suas notícias não são verossímeis, mas, muitas vezes, criadas e/ou ampliadas com objetivo de vender informação falsa e degradar ainda mais essa parcela de pessoas. A mídia, portanto, nunca pode ser vista como espelho da realidade, e suas matérias são fragmentos recortados e selecionados tentando se aproximar da vida cotidiana, a partir do olhar do sujeito jornalista. Para Gadini (1999, p. 14), “falar em jornalismo é, então, falar em fragmentos de realidade, resultante de um jogo de fatores e códigos de produção discursiva”.

A mídia, a partir de interesses particulares, transmite e (re)constrói a imagem do indígena como selvagem, não civilizado e ser vivente ainda como em idos de 500 (VIEIRA, 2019). A concentração muito intensa da propriedade de mídia resulta uma incompatibilidade no que diz respeito os valores da democracia. Retomando Morais; Ramonet e Serrano (2013, p. 53), “costumamos pensar que os meios de comunicação são essenciais à democracia, mas, atualmente, eles geram problemas ao próprio sistema”.

Segundo Arruda (2001, p. 43):

No Brasil, o desconhecimento ou o desprezo pelo papel da diversidade cultural no estímulo e enriquecimento das dinâmicas sociais e, principalmente, a recusa etnocêntrica da contemporaneidade de sociedades de orientação cultural diversa, tem sedimentado uma visão quase sempre negativa das sociedades indígenas. Na postura ideológica predominante, os índios não contam para o futuro, já que são considerados uma excrescência arcaica, ainda que teimosa, de uma ‘pré-brasilidade’, ou seja, esse discurso hegemônico sobre os indígenas tende a ser reforçada pela mídia, sendo um obstáculo ao processo de valorização dos povos nativos.

Para Batista e Silva (2015, p. 145), “o homem branco considera os indígenas como carentes, selvagens, turrões e preguiçosos”, pois, segundo o autor, “os indígenas são um obstáculo para a sociedade em desenvolvimento”. Esta visão ainda é empregada no senso comum, é um preconceito que infelizmente a sociedade brasileira tem aceitado sem se quer buscar informações verídicas sobre o assunto.

O jornal acaba criando e construindo uma identidade de forma estereotipada das populações indígenas, circunscrita aos problemas de terra e da saúde indígena

e, segundo, a posição adotada pelos editores passou por diversas e profundas transformações (NEVES; SILVA, 2013).

A imagem do indígena na mídia é carregada de forma bastante negativa, ainda, de olhar etnocêntrico e preconceituoso, marcada pela desvalorização e apresentada de forma completamente distorcida, contribuindo para o fortalecimento dos preconceitos contra os povos nativos. A mídia televisiva se apresenta como um dos espaços de grande influência no imaginário coletivo nacional. Dessa forma, impõe um conjunto de pontos de vista, amplificando ou simplificando o real de modo a criar uma visão de mundo que possa ser facilmente compreendida pelo cidadão (FREITAS; FUMAGALLI, 2018).

Nesse processo de formação de opinião, enfatizamos que a mídia, muitas vezes, contribui para a desvalorização de alguns grupos minoritários, fabricando uma realidade imaginada, utilizando-se de referências simbólicas, muitas vezes infieis, para imprimir características universalizantes, como ideias de beleza, de comportamento e de cultura (FREITAS; FUMAGALLI, 2018).

Portanto, percebe-se que o indígena continua sendo mostrado como um cidadão de apenas um lado, ou seja, o lado selvagem pela mídia. Eles entram nos noticiários como isolados, seres desconhecidos e que desconhecem o mundo, assim sendo taxados de ignorantes ou não civilizados, por exemplo. São vários os assuntos envolvendo o povo indígena que são abordados de forma negativa no Mass Media da imprensa brasileira (MELO, 2008).

Os indivíduos são modulados para interpretar a realidade de acordo com o desempenho e os desejos da grande mídia, por meio de reportagens não factuais. No mundo moderno, a cobertura da mídia encontra refúgio e apoio como resultado de um longo processo evolutivo na sociedade, a fim de superar a barreira dos estados absolutistas e alcançar o estado democrático (LOPES JÚNIOR, 2010).

A escassez de notícias é seletiva, assim promovendo e estruturando o discurso sobre imagens deturpadas para atender a interesses específicos, muitas vezes com o objetivo de influenciar e ditar a direção políticas. Isso tende a afetar negativamente o processo democrático, em um momento em que os interesses do grupo econômico, representado por editores de destaque, estão transpondo a vontade da maioria, que é parte integrante da democracia (FERES JÚNIOR; SASSARA, 2016).

Esse poder evidencia os esquemas onde as informações são fragmentadas e tendenciosas, fazendo com que a população não tenha um aprofundamento do conteúdo exposto (PINTO, 2016). Dessa maneira, percebe-se que o jogo de influência entre a mídia, a notoriedade midiática é um sistema complexo que muitas vezes não se torna aparente, pois seu desenvolvimento acontece nos bastidores (GOMES, 2014).

Os canais de comunicação são os principais meios de acesso das informações na sociedade contemporânea, o marco desse período é o surgimento de novas tecnologias (ESTEVES, 2011). Frente a esses novos recursos, o modo de produção e circulação das informações são diferentes, porém devem sempre seguir as diretrizes compatíveis com os valores democráticos (GRAEBER, 2015).

A comunicação influencia as ações e o comportamento da sociedade, assim exercendo um quarto poder. Os meios comunicacionais não estão ligados apenas no fornecimento das informações, eles passaram a produzir credibilidade como capital negociável dentro das relações de interesses de diferentes grupos. Isso, muitas vezes foge do poder democrático a partir do momento em que essa instituição se torna cúmplice dos setores de classes e ideologia política (DANNER, 2015).

Assim, por meio da omissão de aspectos da informação, percebe-se a capacidade da mídia em persuadir a população, o que reflete o nível de percepção dos brasileiros sobre a cultura indígena no país. Essa distração da mídia está realmente relacionada à cobertura jornalística e, principalmente, à forma como o exercício jornalístico é realizado. Procedimento adotado pela mídia que determina a intensidade e a proporção do alcance (LIMA, 2009).

A perspectiva do escândalo é a forma como o jornalismo brasileiro se desdobra, retratando a cultura dos povos tradicionais a partir de uma perspectiva que cruza a fronteira entre o jornalismo engajado na transmissão autêntica e verdadeira dos fatos, consolida um jornalismo que se contrapõe à sua missão (LUHMANN, 2007).

Nessa perspectiva do estudo sobre a construção da notícia, meio de propagação desproporcional de informações pelos veículos de informação, que ataca a norma com o único objetivo de gerar publicidade de atos podendo, assim, gerar tensões sociais e incitar as pessoas a se manifestarem (MCLHUAN, 2010).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com intuito de analisar a forma que as narrativas veiculadas na mídia influenciam na representação dos povos indígenas percebeu-se nas matérias analisadas nesse trabalho evidenciam as abordagens jornalísticas têm foco nos conflitos de terra, lugar de destaque na maioria das discussões que envolvem as pautas sobre os povos indígenas, e recebem uma importância maior do que a cultura desse povo. A carência de matérias que falam e dão espaços sobre a cultura e a história dos povos indígenas contribui para disseminação da imagem de um indígena genérico para a sociedade que não conhece sua verdadeira história.

Por entender as complexidades do fazer jornalístico, resolveu-se analisar matérias veiculadas no Jornal Nacional sobre povos indígenas, a fim de perceber os estereótipos que reforçam a imagem negativa sobre esses grupos.

Levando em conta não só como fator de serem tratados como povos em minoria, e menos favorecidos por certas visões, foi possível identificar nas matérias reproduzidas pelo Jornal, que os povos indígenas ainda são pessoas que mesmo o telejornal ou a grande mídia colocando temáticas de que de alguma forma estão ligadas a eles ou até mesmo assuntos importantes para essa comunidade, os povos originários quase sempre não são apresentados ou colocados como fontes primárias ou fontes especialistas, e aquelas matérias em que são veiculadas com a imagem e a presença do indígena não ganham aprofundamento e um espaço amplo no telejornal.

A mídia em certos momentos acaba manipulando reportagens e intensificando as discussões. O mais importante é que a audiência tenha a consciência de fazer uma leitura mais cuidadosa e crítica sobre as matérias veiculadas nos grandes meios de comunicação, pois existem conglomerados de mídia, como Jornal Nacional, que tem esse poder de reproduzir reportagens e direcionar para a troca de atores. Importante destacar que em todos os meios, o público deve procurar não se deixar levar por matérias de conteúdos tendenciosos e sensacionalistas.

A democracia concede a imprensa o poder de informar e os cidadãos tem esse direito de receber essa informação. Em outras palavras, trata-se da garantia do direito à liberdade de expressão e liberdade de imprensa, sem as quais, não existe democracia. Mas, o que de fato ocorre com a concentração dos meios de comunicação é que mesmo se não existir mais uma predominância da mídia

convencional, no que diz respeito à audiência principalmente, pela grande expansão da internet, existe um agendamento em relação as temáticas com fins de interesses privados dominantes, o que faz com que os cidadãos recebam informações que já aparecem comprometidas com diversos alinhamentos políticos, estando assim em desacordo com o direito de ser informado. Logo, o cidadão fica restrito a uma oferta restrita de informações e enquadramentos de pontos de vista já pré-determinados.

As informações escolhidas e reproduzidas com a ideologia etnocêntrica que os primeiros colonos tiveram sobre os nativos quando chegaram ao Brasil são um exemplo claro. Por ser atrelado a questão da cultura indígena acaba sendo conduzida por meio da discursividade. As notícias as sujeitam, no dito e no não dito, os indígenas a inferiores, marginais, criminosos, selvagens, tutelados pelo Estado etc.

Diante do exposto, o trabalho em torno dessa mídia, contribui para essa construção negativa da representação do indígena e de toda a sua rica cultura, pois se utiliza dos estereótipos para manipular as formações discursivas do público para que criem uma imagem negativa do indígena e leve cada vez mais ao seu desconhecimento cultural. E conseqüentemente, o jornalismo vai na contramão dos seus próprios princípios e objetivos frente à sociedade, a formação de um pensamento social crítico e reflexivo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. A atuação dos indígenas na história do Brasil: revisões bibliográficas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, n. 75, 2017.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. Imagens do índio: signos de intolerância. In: GADINI, Sérgio Luiz. **A produção da cultura no jornalismo contemporâneo**. Considerações sobre o discurso da informação na construção da identidade. XXI Congresso Brasileiro de Ciência e comunicação. 2001.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 4ª Edição. São Paulo: Globo, 2008

BATISTA, Daiane Nogueira; SILVA, Lucas Wilame Almeida da. O outro lado do índio: representações sociais na mídia. **RELEM – Revista Eletrônica Mutações**, 2015.

BORGES, Gabriela Silveira. **Pró ou contra impeachment**: análise de conteúdo sobre as manifestações nas capas do jornal O Globo. Trabalho de conclusão de curso. Brasília, 2016.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, 2011.

BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL JUNIOR, J. **Os partidos políticos realmente não importam?** Opinião Pública, v. 17, n. 2, 2011.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural**. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Secretaria da identidade e diversidade cultural**. Plano Setorial para as Culturas Indígenas / MINC; SID – Brasília, 2010.

BUENO, Francisco da Silveira. **Silveira Bueno**: minidicionário da língua portuguesa. – São Paulo: FTD, 2000.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo 7 características que marcam a diferença**. Livros LabCom. 2014.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. **Vademecum de jurisprudência**: Dizer o Direito. 4. Ed. Revista, ampliada e atualizada, 2018.

CONCEIÇÃO, Raimundo de Jesus da. Escolarização e Cultura Indígena na Aldeia Zutíwa- Arame MA. **Mestrado**. Dezembro, 2016.

COHN, C. **Educação escolar indígena**: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa. *Perspectiva*, Florianópolis, v.1, n. 1, p. 485-515, 2005.

CORREIA, Karla Marthinna Viana. **Análise de Conteúdo do Jornalismo Impresso Natalense**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal, 2007.

Cultura Audiovisual e Tecnologia (Cat)1 Comunicação, Cultura e Discurso (Grudi)2. **Comunicação e informação num contexto de pandemia e isolamento social**. Universidade Federal do Espírito Santo, 2020.

DANNER, L. F. Esfera pública e política radical: apontamentos a partir de Habermas. **Trans/formação**, Marília, v. 36, n. 3. p. 133-154. 2015.

DIAS, Catarina Valéria Lavra. Os impactos das novas organizações familiares sobre as hipóteses de inelegibilidade reflexa. **Monografia**. São Luís, 2014.

DEUZE, M.; WITSCHGE, T. **Além do Jornalismo. Leituras do Jornalismo**, v. 2, n. 4, p. 1- 31, 2015.

ESTEVES, J. P. **Sociologia da comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FENAJ. **É preciso desprivatizar as liberdades de imprensa e de expressão**. 2011. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=3342> Acesso em: 01/07/2021.

FERES JÚNIOR, J.; SASSARA, L. O. **Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política**. São Paulo, v. 35, n. 2, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral** / José Jairo Gomes – 13. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. Porto Alegre: Paulus, 2014.

GRAEBER, D. **Um projeto de democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População residente, segundo a situação do domicílio e condição de indígena – Brasil 1991/2010**. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 10/06/2021.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**, 6ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

LARAIA, R. **Cultura**: um conceito Antropológico. (18ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LIMA, Venício Artur de. **Mídia e Política: Teoria e Praxis**. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

LIMA, Venício Artur de. **Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: Direito à comunicação e democracia**. - São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

LIMA, Venício Artur de. Os grupos contrários à liberdade de expressão são os mesmos que empunham a bandeira da liberdade de expressão. **Entrevista dada para a revista Desafios do Desenvolvimento do IPEA**. Ed. 73, 2012.

LOPES JÚNIOR, E. **As gramáticas morais da corrupção: aportes para uma sociologia do escândalo**. Dossiê: Teoria política e Social na contemporaneidade, 2010.

LUCIANO, G. Educação indígena no país e o direito de cidadania plena. **Revista Retratos da Escola**, v. 7, n. 13, p. 345-357, 2013.

LUHMANN, N. **La realidad de los medios de masas**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2007.

MARQUES, F. P. J. A.; MIOLA, E.; SIEBRA, N. **Jornalismo, assessoria de imprensa e seus condicionantes organizacionais: Uma reflexão a partir das Teorias do Jornalismo**. Animus (Santa Maria. Online), v. 13, p. 145-166, 2014.

MARQUES, F. J. A.; SAMPAIO, R. C. **Internet e Eleições 2010 no Brasil: Rupturas e continuidades nos padrões mediáticos das campanhas políticas online**. Galáxia, São Paulo, n. 22, 2011.

MATOS, K.; MONTE, N. O estado da arte da formação de professores indígenas no Brasil. In. L. D. B. Grupioni, (Org). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

MCLAREN, P. **Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

MCLHUAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2010.

MENTZ, Marina; SCHMIDT, Sarai Patricia. Educação, comunicação e cultura: a culpabilização das vítimas infantis de violência sexual no jornalismo online brasileiro. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação** 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017.

MELÉNDEZ, José Juan Pérez; SANDER, Luís M. Reconsiderando a política de colonização no Brasil Imperial: os anos da Regência e o mundo externo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, n. 68, p. 35-60, 2014.

MELO, Patrícia Bandeira de. **O Índio na Mídia: Discurso e Representação Social**. Fundação Joaquim Nabuco, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional** / Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco. – 13. ed. rev. e atual. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

MINARDI, Deborah. Mídia e Representações Sociais Indígenas: Caso do ataque ao acampamento Guarani Kaiowá. **VIII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã**. 2012.

MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de gramsci. **Revista debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MORAIS, Dênis de; e RAMONET, Ignacio; e SERRANO, Pascual. **Mídia, poder de contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. - São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica narrativa**. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2013. 254 p.

MUNDURUKU, D. **O Karaíba: uma história do pré-Brasil**. São Paulo: Manole, 2010.

MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

MUNDURUKU, D. **O Banquete dos Deuses**. São Paulo: Angra, 2000.

NEVES, Ivânia dos Santos; SILVA, Valquíria Lima da. **Análise discursiva e da imagem dos indígenas que foram veiculados no jornal O Liberal nos anos de 1990 e 2011**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013.

PEREIRA, Ingrid Borges Duarte. **Jornal Nacional: a nova cara do telejornalismo da Globo. Monografia**. Brasília-DF, 2015.

PICARD, R. G. The humanisation of media? Social media and the reformation of communication. **Communication Research and Practice**. p. 32-41, 2015. Disponível em: <http://migre.me/sZzu0>. Acesso em: 1 abr. 2021.

PINTO, C. R. J. Elementos para uma análise de discurso político. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 48, p. 78-109, 2016.

PRAZERES, Michelle. **Mídia, política e esfera pública machistas**. IN: Cadernos de crítica feminista. Ano VI. 2012.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 333-368, 2011.

RODRIGUES, Janaina Costa. **(IN) visibilidade em pauta**: narrativa jornalística sobre as mulheres em situação de violência sexual no Tocantins. Dissertação. Palmas - TO 2019.

ROBERTO MARINHO. **Biografia de Roberto Marinho**. Disponível em: [http://memoria.oglobo.globo.com/perfis\\_e\\_depoimentos/roberto\\_marinho\\_9055075](http://memoria.oglobo.globo.com/perfis_e_depoimentos/roberto_marinho_9055075). Acesso em: 26/08/2021.

ROSSETTO, Graça Penha Nascimento; CARREIRO, Rodrigo. Democracia digital e sociedade civil: uma perspectiva do estado atual no Brasil. **Comunicação & Sociedade**, v. 34, n. 1, p. 273-296, 2012.

SALES, Mione Apolinário. **Mídia e questão social**: o direito à informação como ética da resistência. In: SALES, Mione Apolinário (Org.). Mídia, questão social e serviço social. São Paulo: Cortez, 2009.

SCABIN, Nara Lia Cabral. **A modernidade altera conceitos de liberdade de expressão e de imprensa**. 2015. Disponível em: <http://observatorioidaimprensa.com.br/diretorio-academico/a-modernidade-altera-conceitos-de-liberdade-de-expressao-e-de-imprensa/> Acesso em: 30/06/2021.

SCHIFF, F. **FramingthePresident: The dominantideology** – A comprehensiverepertoireofnews frames. Contemporanea, Salvador, v. 9, nº1, 2011.

SCHUTZ, A. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis (RJ): Vozes. 2012.

SERRANO, Pascual. **Mídia, poder de contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. - São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. e. **Metodologia e Organização do Projeto de Pesquisa**. Fortaleza: 2004. Guia Prático (apostila), Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2016, 39 ed. rev. e atual.

SILVA, T.; FRANÇA, V. **Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais**. E-compós, Brasília, DF, v. 20, n. 3, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2qJ0LS9>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SIMAS, H.; PEREIRA, R. **Letramento indígena potiguara**. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2012.

STRÖMBÄCK, J.; VAN AELST, P. **Whypoliticalpartiesadapttothe media:Exploringthefourthdimensionofmediatization**. International Communication Gazette, v. 75, nº 4, p. 341-358, 2013.

VAINFAS, R. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

VIEIRA, Thiago Kistenmacher. As imagens e o silêncio sobre os indígenas a partir dos jornais Blumenauer Zeitung e Der Urwalsbote no contexto do Serviço de Proteção aos Índios (1916-1922). Maloca. **Revista de Estudos Indígenas**, Campinas, v. 2, p. 1 – 15, 2019.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, MarjaPfeifer; LOCATELLI, Carlos (Org.). **Comunicação pública e política: pesquisa e práticas**. Florianópolis: Insular: 2017.